

Covas ameaça boicotar sessões se Ulysses não punir faltosos

BRASÍLIA — O líder do PMDB, senador Mário Covas, disse que não comparecerá às sessões marcadas para o próximo fim de semana, se até lá o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não tomar a decisão de punir os parlamentares que não aparecem no plenário. Ontem, apenas 313 dos 559 constituintes estavam presentes à sessão.

Pouco antes das 11h, o deputado José Luís Maia (PDS-PI) solicitou que Ulysses encerrasse a sessão, alegando que o quórum era baixo diante da importância do que se iria votar: o imposto adicional de 5%, a ser recolhido pelos estados, sobre ganhos de capital. Bem humorado, Ulysses respondeu: "O quórum me persegue. Eu almoço com quórum, janto com quórum, durmo com quórum, sonho com quórum e tenho pesadelos com quórum. Quando vejo quórum em plenário não consigo me convencer a suspender a sessão."

O senador Mário Covas foi ao microfone para protestar. Disse que era inadmissível que pouco mais de 300 constituintes estivessem presentes, acrescentando que isso ocorria todas as sextas-feiras e nas sessões de fim de semana. E anunciou: "Se a Mesa não tomar uma decisão com relação aos faltosos, vamos continuar nesse mesmo ritmo. Caso não seja tomada uma atitude na próxima semana, não comparecerei às sessões de sábado e domingo já marcadas, porque sei de antemão que não haverá quórum".

O líder do PMDB afirmou que não consegue ir a São Paulo devido aos trabalhos da Constituinte e apesar disso "não conseguimos avançar por causa dos faltosos". Lembrou que a Mesa nada decidiu sobre a sugestão de convocar os suplentes dos parlamentares que falta sistematicamente às sessões convocar os suplentes. O deputado Ulysses Guimarães alegou que está "estudando o assunto."



No placar, 160 votantes, marca do baixo comparecimento

Nordeste se une e consegue adiar votação

BRASÍLIA — "Acordo é igual casamento, aonde um vai o outro tem que ir". A frase é do deputado Benito Gama (PFL-BA), ao liderar o movimento da bancada nordestina para suspender a sessão de ontem da Constituinte, por falta de quórum, o que foi conseguido. Gama temia que a presença reduzida de parlamentares em plenário — pouco mais de 300 — comprometesse a aprovação subsequente dos dois principais dispositivos contidos no acordo firmado entre os estados do Sul e Sudeste, de um lado, e do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de outro.

Gama teve de confrontar-se com o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que insistia na votação imediata do dispositivo que cria o adicional de 5% sobre o Imposto de Renda incidente em operações financeiras, que corresponde ao maior benefício conseguido pelo Sul-Sudeste no acordo. Eram 11h, e Dornelles estava entusiasmado com a rejeição, minutos antes, da emenda supressiva do adicional, encaminhada pelo deputado Jesus Tajra (PFL-PI).

O parlamentar da Bahia, no entanto, só admitia a votação da parte do acordo relativo ao Sul-Sudeste, se houvesse garantia da aprovação, em seguida, da emenda que determina a intervenção do Senado, por maioria absoluta, na fixação das alíquotas máximas em operações de venda interna.

Terça-feira — A evidência de desunião entre dois dos inspiradores do projeto de reforma tributária foi suficiente para o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, perceber a impossibilidade de o quórum ser mantido. As 11h15min, Ulysses finalmente encerrou a sessão, convocando os constituintes para prosseguirem a votação na terça-feira.

Ontem, foram aprovados três incisos do artigo 184, que definem as competências de estados e do Distrito Federal para instituir impostos. Foram criados impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos (inciso I); sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação — ICMS (inciso II) e sobre propriedade de veículos automotores (inciso III).

Adiamento das diretas deixa buraco

Villas-Bôas Corrêa

POR mais que o doutor Ulysses Guimarães apresse a Constituinte, numa corrida obstinada contra o tempo, a sua luta pessoal não chega a suscitar a adesão emocionada do país. Trata-se de esforço respeitável, com os seus toques de grandeza mas que parece mais uma teimosia, uma aposta íntima com o calendário, do que uma exigência popular.

A Constituinte atastou-se do povo quando cedeu às pressões, negociou com os seus medos e os seus botões a manutenção do sistema de governo e, em cima do presidencialismo, antecipou o provável, quase certo adiamento de eleições presidenciais diretas para o ano que vem.

Daí por diante o esvaziamento ganhou celeridade, disparou em galope alucinante. A sensação de isolamento da Constituinte, o desligamento do interesse, da atenção do país pelo que ali se discute, articula, vota e aprova, constitui-se num dado altamente preocupante.

O povo abandonou a Constituinte antes da hora, tângido pela decepção, curtido em frustrações.

Certamente que muitas esperanças foram perdidas no roteiro sinuoso de mais de ano desperdiçado. Mas até a decisão, manipulada do jeito que se sabe, com a pressão a todo vapor da máquina do governo e o pano de fundo das advertências militares, a Constituinte se sustentava como o ponto de convergência das expectativas do amanhã.

O golpe do adiamento das diretas foi mortal. De então para cá, ela não se recuperou mais. Murchou de vez, malsinada pelos recuos acovardados e pela evidência de que falhara a compromissos assumidos na solenidade da campanha das mudanças. Talvez que tudo o mais pudesse ser tolerado, menos o recuo das diretas. Quando a Constituinte arriou a trouxa, bargan-

hando suas paúras e trocando o certo em 89 pelo improvável em 88, alguma coisa se perdeu para sempre.

Todos se vulneraram. Da Constituinte que se desencontrou do povo, ao PMDB que despencou nas funduras da contradição. O PMDB não tem como justificar-se. Daqui para a frente, purgará as penitências das explicações inconvincentes. E por isso que o PMDB não pode reunir-se em Convenção: o partido não suporta olhar-se no espelho.

Até o presidente José Sarney emplacou uma vitória com gosto de fel. Levou a Constituinte no mutirão do governo e na cadência da ordem unida. Mas, e agora? A crise vai sitiando um governo cada vez mais solitário na contradição do apoio da maioria parlamentar. Sem nada a dizer ao povo, a não ser o anúncio amargo de novas medidas recessivas, duras e embrulhadas pela incredulidade nacional.

Curioso que a Constituinte sentiu na pele a ardência do erro cometido em estado de necessidade. Tanto que reagiu, tocada pelo sentido da sobrevivência, aos acenos para, uma vez que estava com a mão emporcalhada pela massa, adiar também as eleições municipais deste ano para prefeitos e vereadores.

Não foi pudor retardatário, a vergonha pela má ação praticada. Alguma coisa mais profunda: o reconhecimento de que só a eleição pode restaurar esperanças.

A transição vinha num crescendo, seguindo caminhos coerentes. O passo seguinte à promulgação da Constituição só podia ser a realização de eleições diretas para presidente da República.

Parece que não há como consertar o erro praticado. Paciência. O grande equívoco está cada vez mais claro. Nos flagrantes do povo enfatiado, perdido nas profundas do desencanto, virando as costas para a Constituinte, para o governo, para tudo que se confunda com a política e os políticos.

A crise não se explica por uma única causa. O sufoco corre por conta da inflação, dos preços desembestados. Mas, o grande buraco da desesperança foi cavado com o adiamento das diretas. Com a decepção das diretas-já.